
GABRIEL MIRAGEM RABELO

PRISÃO PREVENTIVA E SUA CONSTITUCIONALIDADE:

**O uso extensivo do fundamento da garantia da ordem pública em conflito com
princípios constitucionais**

Trabalho de conclusão de curso apresentado
como requisito para obtenção de título de
bacharel em Direito, na Faculdade de Direito da
Fundação Escola Superior do Ministério Público.

Aprovado em: 10 de julho de 2023.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. André de Azevedo Coelho (Orientador)

Prof. Dr. Luiz Fernando Calil de Freitas

Prof. Dr. Rodrigo da Silva Brandalise

RESUMO

RABELO, Gabriel Miragem. **PRISÃO PREVENTIVA E SUA CONSTITUCIONALIDADE**: O uso extensivo do fundamento da ordem pública em conflito com princípios constitucionais. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) – Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público, Porto Alegre, 2023.

O presente artigo propõe apresentar o instituto da prisão preventiva sob uma nova ótica, colocando em embate as principais correntes antagônicas do direito processual penal sobre o tema, enaltecendo aspectos que obtiveram resultados e críticas quanto às falhas. Através de uma breve contextualização histórica acerca do direito à liberdade, apresenta momentos de violação a este, bem como problemas sistêmicos que impedem a melhor aplicação do direito teórico à realidade fática vivenciada pela sociedade brasileira atual, pondo em questão a constitucionalidade da prisão preventiva com uso no fundamento da ordem pública.

Palavras-chave: Prisão preventiva. Liberdade. Ordem pública. Restrição de liberdade. Direitos fundamentais. Encarceramento.